

CONSTRUINDO TERRITÓRIOS: A luta por terra no Rio de Janeiro nos anos 90¹

Cláudio Ubiratan Gonçalves²

A ocupação da terra é apenas o primeiro momento, ainda que decisivo, de uma história que demorará um bom tempo e se desdobrará em muitos outros aprendizados, recuperando e, ao mesmo tempo, pondo em conflito tradições, costumes, visão de mundo, produzindo e reproduzindo cultura (Roseli Caldart, 2000, p.109).

1. Introdução

Conceição de Macabu é um município de 313 km² localizado ao norte do Rio de Janeiro e possui 18.706 habitantes de acordo com o IBGE (2000), tinha como atividade econômica principal a agroindústria açucareira até a Usina Victor Sense abrir falência³.

A fazenda Capelinha, pertencente à massa falida, pode ser compreendida a partir de um conjunto de motivos que desencadearam o processo de fragmentação do território canavieiro. De paisagem dominada exclusivamente pela monocultura da cana, à atual paisagem subdividida em lotes com cultura agrícola diversificada, verificamos por meio da rugosidade do espaço geográfico a possibilidade de uma interpretação de mudança no ordenamento das coisas do lugar.

O município em apreço configura-se sendo um espaço de transição do “sistema canavieiro campista”. Desse modo, as transformações na morfologia agrária são reflexo da reestruturação do complexo agro-industrial açucareiro e da modernização da pecuária na bacia leiteira do Sudeste.

¹O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado do autor. Agradeço as observações críticas dos professores Dr. Sérgio Leite, Dra. Leonilde S. Medeiros e, de forma especial, a minha orientadora Dra. Regina Landim Bruno.

² Doutorando em Geografia pelo PPGEU/UFF. Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ.

³ A Usina Victor Sense decretou falência em 21/12/1993.

O processo de ocupação de terras da fazenda de cana, por assalariados e trabalhadores sem terra, pode ser explicado a partir das seguintes razões: a falência da usina Victor Sense, o apoio estratégico do assentamento São Domingos e por fim, o processo de territorialização do Movimento Sem-Terra no Rio de Janeiro.

2. Decadência de um modelo: A Falência da Usina Victor Sense

A saída do Estado subsidiário, que patrocinou o setor sucroalcooleiro até o fim do Pro-alcóol influenciou de forma decisiva na continuidade do funcionamento das usinas. A Usina Victor Sense também foi alvo da irracionalidade produtiva decorrente da excessiva ação estatal, onde a unidade produtora não conseguiu de forma independente inserir-se na nova dinâmica do mercado competitivo da produção sucroalcooleira capitaneada pelo estado de São Paulo.

A segunda metade da década de oitenta abre-se com uma série de manifestações sociais que colaboram no entendimento do contexto local da crise. Antes do fechamento da usina, sucederam significativas greves com piquetes mobilizando a opinião pública dos habitantes de todo o município de Conceição de Macabu. Isto ocorreu devido aos atrasos de pagamentos dos funcionários, demissões em massa de trabalhadores e altas dívidas acumuladas por parte do usineiro⁴.

Coincidem também com estas manifestações, outros fatores relevantes que somaram no apoio aos funcionários da usina em luta por seus direitos. Estes fatores foram: a fundação do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores, a organização da CPT regional⁵ e mudanças no quadro da liderança política do sindicato dos

⁴ Só a CERJ (Companhia de Energia do Rio de Janeiro, o antigo proprietário não pagava a 10 anos, somando dívidas no total de R\$ 450 mil.

⁵ A CPT regional na época abarcava municípios da região dos Lagos e Norte Fluminense.

trabalhadores rurais, com a vitória nas eleições da oposição sindical, quebrando a estrutura de submissão ao patrão em que a entidade vivia há dezoito anos.

Estes fatores conjugados com a (des)estruturação das alianças de poder econômico, estabelecidas entre os usineiros, influenciou profundamente o pacto territorial regional realizado entre os "de cima" (usineiros-pecuaristas). A quebra do discurso hegemônico do usineiro alterou as relações sócio-espaciais, abrindo a possibilidade da formulação de outros discursos, protagonizado entre os "de baixo" (bóias-frias, agregados de fazendas, desempregados da cidade). Tal fato, só vai ser possível com o rompimento no esquema de poder e dominação anterior, que se fazia principalmente nas relações de subordinação dos bóias-frias com os usineiros.

Com isto, é posto em jogo, a disputa pelo controle do poder para comandar o uso do território através da nova configuração que ele assume, quando os bóias-frias organizam-se e passam a atuar no campo de forças.

Até o seu fechamento, a usina, produziu, além de açúcar e álcool, acetona, butila e etanol, com equipamentos importados da França, sendo a única no Brasil que reunia condições de fabricar esses produtos a partir da cana-de-açúcar. Neste sentido um empresário de São Lourenço (MG) adquire a massa falida em outubro de 1995⁶ com a inútil garantia de manter seu funcionamento e ampliar a oferta de empregos.

Mediante a conjuntura de crise e insatisfeitos com a precária situação em que se encontravam⁷, os trabalhadores da usina, apoiados pela CPT, sindicato rural, MST e pelos assentados de São Domingos iniciaram um processo de socialização política, investindo na construção identitária do grupo desembocando na luta pelo acesso a terra.

⁶ Todas as fazendas que a usina possuía já haviam sido vendidas para saldar dívidas com bancos, restando apenas três fazendas e a usina onde foram comprados da família Sense por R\$ 28 milhões.

O período que se estende com o fechamento da usina à ocupação de Capelinha foi caracterizado por uma intensa movimentação política na região Norte Fluminense⁸. Esta movimentação constituiu-se na tessitura de uma rede de solidariedade de luta pela terra, costurando apoios em municípios como Macaé, Silva Jardim, Conceição de Macabu, Quissamã, Campos e Rio de Janeiro.

Em Conceição de Macabu, ainda durante a greve dos funcionários da usina, o apoio na luta por direitos que culminou em luta pela terra, manifestava-se nas celebrações religiosas, rodas de viola em que os assentados de São Domingos, que já haviam conquistado sua terra, animavam com cantos, modas, rimas e palavras de ordem de resistência.

Como primeiro resultado deste trabalho entre os assalariados da usina acrescidos de outros trabalhadores da região, temos a ocupação nas terras da fazenda Severina⁹. Tal fato ocorreu em julho de 1993 organizado por um grupo com cerca de 120 famílias, no vizinho município de Macaé.

Devido ao insucesso do acampamento na fazenda Severina com o despejo violento dos ocupantes pela polícia militar, o grupo se dividiu. Fortalecidos e mais experientes com a situação vivida, desdobram-se em duas ocupações: a de Cambucaes em Silva Jardim, e o grupo remanescente vai se organizar dando origem, anos mais tarde, à ocupação de Capelinha.

⁷ Segundo um agente de pastoral da CPT, em 1993 o juiz da comarca de Macaé que julgava os direitos trabalhistas dos funcionários da Usina deu ganho de causa favorável, apontando ainda o regime de trabalho semi-escravo.

⁸ O Norte Fluminense conforme classificação do IBGE compreende os seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São João da Barra, Santa Maria Madalena e São Francisco do Itabapoana.

⁹ Segundo entrevista realizada em 15/10/2000 com Ex-integrante da frente de massa do MST-RJ, o segundo momento do movimento sem terra a nível de Rio de Janeiro vem acontecer em 1993, com a vinda de um militante do Paraná, a constituição de uma direção estadual e a organização da primeira ocupação, na fazenda Severina. Para ALENTEJANO (1999), os anos 90, são notadamente marcados pelo retorno do MST ao estado do Rio de Janeiro e pelo seu processo de interiorização.

3. O Apoio Estratégico do Assentamento São Domingos

É impossível falar do acampamento Capelinha sem antes passar pelas ações desenvolvidas por S. Domingos, pois a luta de referência do primeiro foi o segundo, tomado já pela efígie de assentamento. Esta aproximação com a comunidade de São Domingos traduziu-se em apoio material e político na consolidação de um projeto: o projeto da conquista da terra.

Neste sentido, é emblemática a projeção regional e estadual que o assentamento São Domingos assume pela sua capacidade de viabilização econômica, política e social, num quadro em que o município afundava economicamente ilustrado pelo desemprego de cerca de 3.000 pessoas causado em parte, pela falência da usina Victor Sense¹⁰.

A organização política e infra-estrutural galgado por São Domingos foi responsável não só pela ocupação de Capelinha, mas de pelo menos mais quatro ocupações em municípios circunvizinhos¹¹ e da criação da primeira cooperativa sob os moldes do MST no estado (Alentejano, 1999).

O apoio prestado por São Domingos se inicia com trabalhos de base e reuniões que, naquela ocasião, conseguiram abrigar as esperanças do grupo sem terra que se formou a partir dos desempregados da usina e dos moradores das pontas de rua de Conceição de Macabu.

As orientações passadas pelos assentados, territorializados em Macabu desde 1987, encorajou a todos na organização da luta e resistência na terra, pois foram

¹⁰ Confira reportagem do Jornal "O Globo" de 01/07/1996.

¹¹ São elas: ocupação da Fazenda Santa Rita e Severina, no município de Macaé, em 1992, e que resultou no assentamento de Cambucaes no município de Silva Jardim; ocupação da Usina São João, em Campos em 1997, onde se constituiu o assentamento Zumbi dos Palmares; ocupação da região de Poço das Antas, em Casimiro de Abreu, onde está o assentamento e acampamento Sebastião Lan; e na ocupação da fazenda Mocotó do Imbé, em Campos em 1998, que não vingou.

dedicados cerca de oito meses de preparativos para a ocupação da fazenda, nas sedes das associações de São Domingos e Cambucaes.

(...) aparecia de cem a cento e cinquenta pessoas, aí a gente fazia reunião. Lá na assembléia era bico seco [sem comida], era só uma discussão sobre a terra, não tinha nada de curso político, era só uma fala sobre a terra mesmo. Falava que estava procurando a terra e aí quando sentimos a pressão do pessoal que queriam muito a terra era hora não tinha mais jeito. Chega um ponto que não dar para agüentar mais, você vai preparando a pessoa, e eles vão chegando a um ponto de ou vai ou racha, como costuma dizer, ou rebenta a tampa da caixa. Aí eles não sabiam que vinham pra cá (Fala de um dos organizadores da Ocupação, técnico em eletrônica).

Os assentamentos São Domingos, e em menor intensidade Cambucaes, foram neste acontecimento um trunfo na luta, pois, se tornaram depositário dos interesses dos trabalhadores, que queriam a desapropriação do latifúndio e a garantia aos direitos básicos da cidadania.

4. A Territorialização dos Sem Terra Fluminense

As mudanças no enredo da política estadual desde o período de 1980 e que se estende por mais de uma década, vem possibilitar o ensaio de diferentes formas de organização dos Sem Terra, e consequentemente explicar a sua territorialização, Novicki (1994); Medeiros et al (1999).

Dentre os fatores que contribuíram no processo de territorialização destacamos: a superação na desarticulação política entre as forças de apoio à luta pela terra, principalmente sindicatos e partidos políticos na consolidação de uma mesma rede de apoio. Um segundo fator considerado, foi o trabalho de base desenvolvido nas dependências dos assentamentos com a massa de desempregados, levando estes às ocupações de terras¹².

¹² Este trabalho de base refere-se a massa de desempregados das chamadas "pontas de ruas" ou populações de baixa renda existentes nas periferias dos municípios da região Norte Fluminense.

O aumento dos desempregados da cana e a falta de alternativas aos trabalhadores urbanos, além da fragmentação do poder usineiro na região Norte Fluminense propiciam ao Movimento Sem Terra uma identidade em construção na/da vivência da pedagogia da luta social (Caldart, 2000). Através da socialização no espaço de recusa da permanência no lugar de subordinação e dominação, é que ocorreram os desdobramentos da luta pela terra.

Neste sentido, o envio de um militante do Paraná para juntar-se as lideranças fluminenses, no princípio da década de noventa e reiniciar os trabalhos de construção do Movimento no Rio de Janeiro, deve ser encarado como parte de um conjunto mais abrangente de acontecimentos que marcaram definitivamente a organização política do movimento.

O Movimento Sem Terra em nível de Rio de Janeiro vem acontecer em 1993. Veio o Vermelhinho do Paraná onde a gente criou uma direção do MST em nível de Estado onde saiu na época o companheiro Amaro do Boa Esperança, o Paulão do Vitória da União, o Ribamar do assentamento Sol da Manhã, e eu de São Domingos. O Vermelhinho fazia um trabalho brilhante por todo o Estado e depois infelizmente se corrompeu. Esta é a grande verdade, conseguiram cooptar ele. (...) aí em 1994 a gente ocupou a fazenda Severina, primeira ocupação do MST, depois ocupamos a fazenda Cantagalo. Capelinha deve ter sido da décima ocupação pra lá (Ex-integrante da frente de massa do MST-RJ e assentado em São Domingos)

A aceitação de uma liderança externa, oriunda de um estado com peso na organização dos trabalhadores do campo, indica o interesse das lideranças fluminenses em retomar a luta pela terra no Rio e por outro lado, mostra a coordenação nacional do MST expandindo o projeto de reforma agrária.

É neste contexto que foi preparada e articulada a ocupação da fazenda Capelinha. O MST já havia encontrado eco positivo entre os trabalhadores nas ocupações anteriores, e com isso, se amplia o número de desempregados da cana e subempregados urbanos em sua base social. Devido não só à repercussão da luta nos meios de comunicação, mas

também a um minucioso trabalho de massificação da luta entre os trabalhadores nas fazendas e periferias das cidades da região canavieira.

Sendo assim, a segunda metade da década de 90 inaugura uma nova fase histórica da formação do MST-RJ no processo de territorialização. Junto com a ocupação em terras da fazenda Capelinha chegaram ao Rio mais quatro lideranças do MST¹³ para fortalecer a organização estadual e envolver a sociedade urbana na luta pela reforma agrária.

Outro aspecto neste contexto de territorialização é o deslocamento espacial no mapa fluminense da luta pela terra. A presença do MST no Norte Fluminense representa uma estratégia de atuação orientada por uma política de interiorização no estado. As mudanças ocorridas no ordenamento do território estão relacionadas com a introdução de uma nova visão da apropriação da terra, e com o novo discurso e novas práticas do movimento social que ali instaura uma nova ordem de significação de valores.

Não obstante, esta nova configuração espacial só está se fazendo, de modo dialético, graças às renovações técnicas operadas na base de produção do setor usineiro, e as disputas estabelecidas em seu interior na definição de uma nova hierarquia do poder.

5. A Organização da Ocupação da Fazenda Capelinha

As fazendas Capelinha I e II¹⁴, localizadas próximas a BR-101 no município de Conceição de Macabu, possuíam respectivamente 1.369.87 ha e 303.42 ha, perfazendo

¹³ Uma do Rio Grande do Sul, uma do Paraná e duas de São Paulo.

¹⁴ Chamaremos simplesmente de Fazenda Capelinha.

um total de 1.673.29 ha de área. Estas fazendas faziam parte do patrimônio da família Sense¹⁵ proprietária da Usina de mesmo nome.

A ocupação das terras ocorreu na madrugada do dia 28 de junho de 1996 com cerca de cento e sessenta famílias. Dessa forma, a ocupação ocorreu tendo a frente a "Comissão da Terra" composta por trabalhadores eleitos nas assembléias preparativas de São Domingos.

Próximo à Comissão da Terra, atuavam as agências de mediação que se revezavam exercendo relevante papel nas engrenagens do campo político. A ação de cada agência em sua área de especialidade, conferia-lhe um grau de poder diferenciado devido o domínio de um tipo específico de saber.

(...) de manhã fomos arrumar um lugar pra fazer poço, e o medo do dono aparecer ou mandar o jagunço, todo mundo inseguro; Um empresário arrumou um carro pra trazer o pessoal, eu vim apertado numa kombi, eu vim primeiro, eu vim assim de tarde, eu sabia que o pessoal tava chegando. Quando foi uns dois, três dias, aquele negócio: será que a gente fica? Será que vai aparecer alguém aí? Vai matar alguém?
Quando você sai da onde você tá trabalhando, da sua casa, você tira um dinheiro, você leva, faz uma comprinha pra segurar até formar a comissão, pra correr atrás nos mercados, na Igreja, nas comunidades; aí vai passando os dias e o pessoal vai pras suas barracas.
Vai ajeitando, mexe aqui, mexe ali, aí já tá formado o pessoal da segurança, pra trabalhar a noite, porque nesse impacto que a gente tá, acampado, o vento na cana que balança a palha, é o grileiro que tá vindo. Fica todo mundo assustado. Aqui mesmo aconteceu, uns quatro ou cinco, de arrebentar barraca no meio da noite, arrebentar aquela corda de barraca no peito, com medo, correndo no meio do acampamento; aí passa aquele medo (Acampado em Capelinha e integrante do grupo da segurança).

Os assentamentos abasteceram com alimentos da safra visando afastar a fome, tão comum em espaços como este. São Domingos cedeu maquinários para o plantio de horticultura, milho e aipim, demonstrando a solidariedade entre os que conseguiram a terra e aqueles que lutavam para conquistá-la.

¹⁵ Além de Capelinha a família Sense era detentora de mais 11 fazendas.

Não parava de chegar pessoas dos variados lugares para fazer parte da ocupação de Capelinha. O boato se espalhou rápido pela região e muitos abandonaram empregos em fazendas de gado, de cana ou em trabalhos urbanos para se juntar ao acampamento. Nesta fase o número de acampados oscilou significativamente abrigando cerca de seiscentas famílias no seu auge.

Considerando o aspecto interno da luta, a Comissão da Terra descentralizou seu poder através da criação de grupos de trabalho e instituiu a disciplina de pontuação entre os ocupantes, estimulando o trabalho coletivo. Foram criados grupos subdivididos em onze equipes e entregues a um coordenador. Os grupos principais eram: segurança, cozinha, saúde, farmácia e trabalho na terra. Todos deveriam participar de um grupo de trabalho para ter direito ao pedaço de chão.

Tinha o trabalho coletivo, tinha a horta, comida, segurança, lavoura, tinha um pessoal que limpava o córrego. Cada comissão tinha um coordenador, aí tinha o ponto do trabalho e o ponto da presença na terra. Tinha muita gente que ia pra Conceição no outro dia, a presença da terra quem fazia era eu, Maria e Zezinho. (Acampado, ex-apontador da Usina e integrante da Comissão da Terra).

Assim, a rotina do acampamento era tomada por três horas de trabalho e assembleias diárias. A participação era conferida através de pontuação, atribuída pelos coordenadores dos grupos de trabalho.

(...) Então a coisa começa a movimentar de um jeito pra não ter briga com ninguém, e todo mundo começa a trabalhar sabendo que cada um tinha que obedecer ao coordenador do grupo, quando a pessoa saía da linha, a questão era levada para a comissão da terra e para a assembleia (Acampado e coordenador do grupo de trabalho da segurança).

A ação coletiva que moveu a luta pela terra foi produto da articulação entre as necessidades, os desejos e as oportunidades dos envolvidos. Neste contexto, de diferentes cenários possíveis, a ação coletiva norteava-se pela construção de ações

pensadas nos espaços de socialização política (grupos de trabalho e assembléias, com vistas à realização dos interesses do grupo geral).

Simultaneamente ao cenário interno, foram desenvolvidas negociações externas nas diversas instâncias burocráticas do Estado. Na desapropriação exerceram importante papel, mediadores da luta pela terra como o MST.

Três dias depois da ocupação apareceu um tal de Zé Nilton se dizendo dono da fazenda. A gente organizou a companheirada para que não saísse. Nós tinha um advogado que já acompanhava o MST no Pontal do Paranapanema. Veio pro Rio e descobrimos o escritório dele, trouxemos pra cá, ele sabe tudo de Reforma Agrária.

(...) conseguiu adiar o despejo e depois não teve jeito. Na base da mobilização fomos em passeata ser atendidos no Fórum com mais de 1000 pessoas e garantimos que a gente não ia sair, e falamos que se a polícia fosse lá, ia ter quebra pau.

Prossegue o entrevistado, quando indagado, como se deu o deslindar do processo desapropriatório.

Aconteceu este fato, mas a gente conseguiu ganhar mais tempo nesta discussão e depois ele [Juiz] mandou um oficial de justiça pra lá dando 24 horas pra gente sair com o pessoal. Sendo que, deu divergência de poder, porque o juiz de Conceição foi favorável pro fazendeiro e o juiz do Rio foi favorável aos trabalhadores, teve de ir pra Brasília (Assentado em São Domingos e integrante da frente de massa do MST).

Frente a isso, desempenharam importante papel nos bastidores da mediação representantes do legislativo estadual, do MST-nacional e do senado federal que encaminharam o processo de modo legal afim, de agilizaram a rede de solidariedade. A deputada estadual contactou com desembargador que orientou o andamento jurídico do processo. O representante do MST acompanhou o processo no poder executivo - INCRA e gabinete da presidência da república. Por seu turno, a senadora possibilitou o deslocamento aéreo, devido ao escasso tempo de que dispunha o representante da ocupação.

Este episódio revela a conquista de um trunfo na luta, pois foi fulcral o canal de comunicação com o poder executivo federal para se antecipar aos recursos investidos pelo fazendeiro, por meio do Juiz de Conceição contra os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o canal de negociação acena para o ganho de poder através de capital político (Bourdieu, 1998) acumulado principalmente pelos representantes dos trabalhadores ou lideranças políticas da ocupação.

Se na escala local os acampados encontraram entraves de âmbito jurídico, o mesmo não se deu nas escalas, estadual e nacional. Era evidente o indício de abandono da fazenda que não houve hesitação na assinatura do decreto de desapropriação. Isto se constituir em fator elucidativo para compreendermos os atrativos da fazenda para ser ocupada pelos Sem Terra.

Por fim, temos a imissão do título de posse, que se deu em abril de 1997, seguido da fragmentação territorial através da divisão da fazenda em unidades familiares. O reconhecimento do Estado demarca a criação do assentamento e aponta para a transposição social e política dos acampados.

Concomitante, funda-se a Associação dos Trabalhadores de Capelinha, em maio de 1997, marcando a mudança na condição de vida dos acampados. Somente após a 1ª eleição da Associação ocorreu o sorteio de lotes de Capelinha, e se concretizou a fragmentação territorial da fazenda, ou conforme nos lembra Maciel (1997), ocorreu um reordenamento territorial municipal inserido num contexto regional e nacional de reestruturação econômica.

6. Lugar Social e Origem dos Protagonistas da Luta

Na definição de Silva o lugar social é:

a concretude teórico-empírica da área, da região, do território. Mas, da área, da região, do território como reprodução social do estar, do ser, do ter e do haver sociais. Assim, o lugar social é manifestação do espaço social, que contém a consciência social, a sociedade, o trabalho. O social produz o lugar social e é reproduzido por este, através do trabalho social. O lugar social apresenta-se, então, como dimensões absolutas, relativas e relacionais (Silva, 1991:30).

Desse modo, o lugar social se torna importante chave explicativa quando adicionado a história oral dos protagonistas da luta pela terra e conjugado pelo processo de desenvolvimento desigual no espaço.

A seguir, a tabela mostra a origem de boa parte dos acampados nos permitindo visualizar e problematizar algumas questões relevantes na construção do lugar social dos mesmos.

Tabela 1 - Local de moradia anterior dos acampados de Capelinha por Município

MUNICÍPIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL %
Brasília (DF)	1	1	-	0.4
Cabo Frio	3	1	2	1.2
Campos	4	2	2	1.6
C. de Macabu	155	80	75	62.5
Duque de Caxias	2	1	1	0.8
Itaboraí	2	1	1	0.8
Itaguaí	2	1	1	0.8
Macaé	11	9	2	4.5
Mantena (MG)	1	-	1	0.4
Niterói	1	1	-	0.4
Rio Bonito	2	1	1	0.8
Rio de Janeiro	8	6	2	3.2
Stª Mª Madalena	17	11	6	6.9
S. Gonçalo	4	2	2	1.6
S.J.Meriti	2	1	1	0.8
Saquarema	2	1	1	0.8
Silva Jardim	28	16	12	11.3
T. de Moraes	3	1	2	1.2
Total¹⁶	248	136	112	100.0

Fonte: Arquivo de Campo do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária/UFF, nov/1996.

¹⁶ Consideramos o universo geral de mil e cinco pessoas (1.005) segundo um censo elaborado em 03/07/1996 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu e para a construção dessa tabela foram entrevistadas 248 pessoas no acampamento.

A tabela demonstra uma significativa representatividade no número de municípios fluminenses e até de outros estados da federação, motivo atribuído em parte ao dinamismo da mobilidade espacial adquirido pelos Sem Terra, ao intenso imbricamento na relação rural e urbano e a rede de solidariedade nacional, articulada pelo MST e outros mediadores da questão agrária.

Observando os números, percebemos que Conceição de Macabu deu origem a maior parte dos acampados. Tal fato é evidenciado quando acrescentamos Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Macaé demonstrando que o trabalho de base com os acampados foi mais intenso nestes municípios. A proximidade territorial entre os quatro municípios propiciou integração e interação entre os apoiadores da ocupação, acelerando o fluxo de informação entre os acampamentos e assentamentos já existentes como Cantagalo, Cambucaes e São Domingos, acenando positivamente para a organização do movimento sócio-territorial.

Outro dado que se faz notar em nossa amostra são os acampados oriundos da região metropolitana do Rio de Janeiro, são vinte e três pessoas que por meio de parentes ou conhecidos já assentados, principalmente na região da Baixada Fluminense, deixaram para trás estilos de vida distintos para fazer parte na construção de outro lugar social.

Após a ocupação foi considerável a vinda de pessoas que possuíam algum parente na luta pela terra. Estas pessoas vieram dos diferentes pontos do estado, e tal fato aponta para a formação de grupos. Dentre os principais destacamos os grupos formados pelo pessoal de Silva Jardim, o pessoal de Macaé, o pessoal de Conceição, o pessoal da usina.

Para fora dos limites do acampamento o grupo demonstrava união e se afinava na formulação de um discurso identitário comum. Por outro lado, dentro do território dos acampados as diferenças afluíam-se e os diferentes graus de experiência no trato com a terra e na luta para permanecer na terra manifestavam-se na convivência e na feição do espaço geográfico.

(...) a gente começou a plantar, todo mundo, era coletivo, nosso acampamento foi muito organizado em termo de grupo, tinha o grupo de plantação, o grupo da cozinha, o grupo de cuidar de vala, até as vala eles limpavam. (...) então tinha o grupo de vigiar, a gente deitava a noite e dormia despreocupada, porque tinham os rapazes que trabalhavam a noite toda. Tinha que olhar as plantações pra ninguém mexer, animal num comer, a gente com medo de alguém de fora fazer uma maldade com a gente. Nós tínhamos muita couve, muito alface, a gente pegava fora, as sementes, os meninos de Silva Jardim conseguiam com alguém. (...) algumas pessoas doavam também, e a gente plantamos, rapidinho nós tínhamos rabanete, beterraba, cenoura, batata-doce, melancia, aipim, abóbora, nós colhemos muita abóbora e tínhamos também verdura de folha, de bastante qualidade. Bertalha, espinafre; nós comíamos o que a gente produzia (Acampada e integrante do grupo da saúde).

Adiante chama atenção a fala emblemática de um dos guardas municipais designado para realizar o despejo:

Eu fui fazer um despejo do povo de Capelinha, do assentamento de Capelinha. Eu fui acionado pra ajudar a fazer o despejo, fui fazer esse despejo. De lá eu encontrei um irmão meu acampado. O duelo foi feio: ele como sem terra e eu como, fazendo o serviço pela polícia. E na época eu ganhava R\$ 160.00 por mês pra fazer esse trabalho. Ah, mais eu fiz aquilo, mais a noite eu num consegui dormir de jeito nenhum. Falei: 'eu num tô no meu lugar certo'. Aí cheguei em casa, num conseguia dormir e a mulher falou: 'ué, que é que você tem, você tá com problema?' Aí eu disse: 'olha, eu num queria falar não, mais eu tô com problema sim. Eu num tô conseguindo dormir porque eu tô com a consciência muito pesada. (...) na guarda eu tava tomando conta da massa falida que tava por conta da justiça, né. E me mandam fazer um despejo no povo de Capelinha. E eu encontrei um irmão meu lá no acampamento, ele me falou pra mim que nós num somo filho nem da mesma mãe. E isso tá me doendo por demais na minha consciência. E eu num vou voltar pra esse serviço não, entendeu?' (Ex-guarda municipal de Conceição de Macabu e atualmente é militante do MST e acampado em Casimiro de Abreu).

Outro acampado assim se expressa:

(...) quando surgiu essa aqui meu esposo tava até em dúvida pra vim; aí meu irmão pegou pediu e eu vim trazer meu irmão. Chegou aqui, eu vi aquilo, aquilo mexeu comigo e meu esposo perguntando: Você vai querer ficar? Olha como ela fica, ela tá doida pra ficar. E aquilo foi me dando mais vontade de ficar, e eu acabei fazendo a minha ficha, com a menina lá me escrevi e fiquei. Aí nós fizemos uma barraca de cana, não tinha plástico, não tinha nada, nós tinha um canavial, nós quebrava aquelas cana, fizemos aquelas barraca tipo

assim, tipo bambu, mas era cana mesmo, aí aquelas folhas da cana a gente trançava, trançava uma cana na outra, amarrava uma cana na outra, fazia um tetozinho só pra cobrir do sol, porque da chuva mesmo não cobria, aí nós pegamos e ficamos ali, eu meu esposo e as minhas crianças. (Acampada e ex-vice-presidente da associação dos trabalhadores rurais de Capelinha).

Desse modo, o que diferenciava os acampados, além dos poucos pertences que traziam, era o percurso e inserção na luta pela terra. A entrevistada em sua trajetória acumulava conhecimento sobre a luta e este saber proporcionou posições na representação política de Capelinha. A mesma, deixou de ser agregada no sítio do pai em S. Domingos, para "arriscar" as terras com sua família, em Capelinha. Participa do grupo da cozinha, onde adquire contato com todas as famílias de acampados, e quando aconteceu a primeira eleição para diretoria da associação foi eleita vice-presidente.

7. A Ação dos Mediadores no Campo Político

Dentre os projetos políticos existentes no campo de disputas identificamos a matriz de dois, que consideramos principais e que nortearam o decorrer da luta. A criação dos projetos, que, em dadas circunstâncias complementaram-se e, em outras se opuseram contribuíram nas reivindicações do grupo de acampados.

O primeiro projeto caracteriza-se por uma ação sistemática do movimento social articulada em escala nacional. O projeto de cunho nacional, proposto pelo MST focalizava o acampamento a partir de uma visão externa ao lugar social dos acampados, desconsiderando aspectos como o caráter rural-urbano da base social.

Ocorreram choques de representação entre Comissão da Terra e a incipiente coordenação do MST acarretando consequências negativas. Devido à fragilidade institucional do MST-RJ, sucedeu uma lacuna na mediação política preenchida por

aqueles que acumulavam experiência e habilidade nas negociações: a saber, um grupo de São Domingos, que naquele momento ocupava a diretoria da Associação.

Assim, as ações elaboradas pelos militantes deslocados para o exercício da liderança do MST-RJ estavam condicionadas à existência de redes de solidariedade em escalas local e regional. Estas redes forneceriam as bases material e simbólica essenciais à emergência da liderança e a aplicação dos princípios do MST¹⁷.

O segundo projeto se relaciona com as especificidades e demandas locais. Nessa perspectiva, o projeto focalizou uma visão mais pontual que atendia aos anseios mais imediatos dos acampados, onde o exercício da liderança contou com maior aceitação e concordância entre as lideranças e demais integrantes do grupo.

Este relacionamento que sinalizava maior confiança entre os acampados, vinha desde as mobilizações e greves ocorridas ainda na usina Victor Sense e da ocupação da fazenda Severina¹⁸, onde parte dos acampados estiveram presentes. Não é difícil entender como as lideranças de São Domingos estavam próximas dos sem terra de Capelinha, e com isso polarizaram seu projeto no plano de poder da mediação atraindo para seu conjunto a Comissão da Terra e os acampados.

Pelos entremeios dos conflitos da mediação atuaram os mediadores que se revezaram exercendo um papel discreto, mas fundamental no espaço de socialização política. Entre sindicatos, partidos políticos, igrejas e universidade não houve ações concatenadas. Ocorreram sim, ações voluntárias conforme interesses e função sócia-

¹⁷ Dentre estes princípios destacamos: a vinculação permanente com as massas, lutas de massa, divisão das tarefas entre os grupos de trabalho, direção coletiva, disciplina, formação de quadros e mística como espaço reflexivo da consciência através dos símbolos e valores do MST.

¹⁸ Dentre estes princípios destacamos: a vinculação permanente com as massas, lutas de massa, divisão das tarefas entre os grupos de trabalho, direção coletiva, disciplina, formação de quadros e mística como espaço reflexivo da consciência através dos símbolos e valores do MST.

política de cada agência apoiadora, que agiram visando garantir a continuidade do acampamento, através de recursos materiais e simbólicos.

Neste aspecto o Sindicato dos Petroleiros de Macaé foi importante na doação de alimentos, contatos com a imprensa e disponibilidade de transporte e meios de comunicação. Outro sindicato que teve papel considerável foi o Sindicato Rural de Conceição de Macabu, sua atuação foi decisiva no processo desapropriatório. A diretoria elaborou relatórios que tratavam da situação dos ex-trabalhadores da usina e da situação da fazenda Capelinha fornecendo dados sobre as famílias acampadas.

Dentre os partidos políticos, destacam-se o diretório municipal do PSB¹⁹ e do PT²⁰ com doações de alimentos e transporte. As Igrejas Batista e Católica assumiram uma dimensão simbólica na luta realizando reuniões religiosas e celebrações ecumênicas. Também apoiaram com alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, cabendo a CPT um papel de destaque na organização logística da ocupação.

Por fim à ação política da UFF²¹ no território usado pelos sem terra se diferencia frente sua particularidade de intervenção. Esta instituição se caracteriza por atividades de ensino, pesquisa e extensão e por meio delas adentra nesse processo. A participação se efetivou, à medida que, pesquisadores da geografia agrária de São Domingos acompanharam o desfecho da ocupação. O apoio foi em forma de excursões com estudantes e professores da universidade que fizeram levantamento preliminar do espaço geográfico, da população acampada e das técnicas que dominavam.

Segundo um entrevistado, a Comissão da Terra e os estudantes envolveram a universidade através de um curso de capacitação em topografia para cinco acampados,

¹⁹ Partido Socialista Brasileiro.

²⁰ Partido dos Trabalhadores.

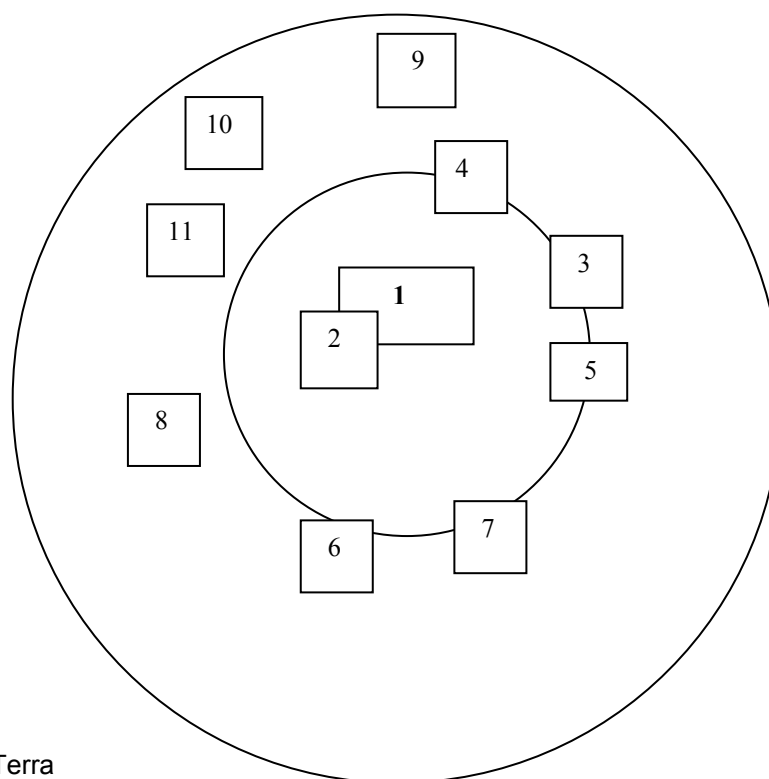
²¹ Universidade Federal Fluminense, localizada em Niterói-RJ.

como forma de pressionar a demarcação dos lotes pelo INCRA²². A UFF não só realizou o curso como deixou a disposição dos acampados equipamentos necessários para que eles demarcassem as terras recém-desapropriadas. Antes que este episódio acontecesse, o INCRA demarcou os lotes e acelerou o reconhecimento do projeto de assentamento.

Esta foi a forma de atuação do INCRA, que longe de assumir uma posição no campo político, preferiu a indefinição e a incerteza mediante os fatos ocorridos, agindo somente sob pressão dos acampados. Por outro lado, mesmo que de forma lenta executou as decisões do sistema judiciário.

²² O INCRA aparece como representante do Estado, somente no instante de reconhecer a improdutividade da fazenda e na demarcação dos lotes. Portanto, sua presença apesar de restrita e omissa no campo político foi fundamental para legitimar a reivindicação por terra e reconhecer a passagem da fase de acampamento para o assentamento.

Fluxograma 1 - Campo de Poder e Disputa no Espaço Político – Fase do Acampamento



1. Acampados

2. Comissão da Terra
3. Grupo de Assentados de São Domingos
4. Comissão Pastoral da Terra
5. Movimento dos Sem Terra
6. Partido Socialista Brasileiro
7. Partido dos Trabalhadores
8. Universidade Federal Fluminense
9. Igreja Batista
10. Sindicato dos Petroleiros de Macaé
11. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu

(Organizado por Cláudio Ubiratan, 2002)

A representação do fluxograma nos permite inferir que tanto podem ocorrer conflitos na forma da metodologia da luta entre São Domingos e o MST-RJ, como também ocorrer alianças, afim, de delimitar na ação política a definição de papéis no campo de poder. Capelinha foi, portanto, palco de disputas pela hegemonia do poder político entre São Domingos e militantes do MST, tal fato, desembocou numa acomodação de forças entre lideranças regionais e militantes recém-chegados.

Após o confronto de saberes dos distintos mediadores tornou-se mais claro, num segundo momento, o papel que cada um ocuparia no campo político. Para os militantes do MST, aquele momento, serviu como uma base estratégica para dar continuidade a uma política de interiorização das lutas de terras no estado, sem descartar a vivência da região Norte Fluminense que o acampamento proporcionou.

Apesar de ambos os projetos denotarem no discurso, um único sentido no disciplinamento e organização da luta pela terra, fica evidenciado que a existência de dois projetos com enfoques diferenciados, pressupõe momentos de conflitos diferenciados entre os dois grupos de mediadores devido aos impasses originados de distintas ações no campo político.

8. CONCLUSÃO

O acampamento Capelinha demarca uma fase importante na história da luta pela terra na região Norte Fluminense e no Rio de Janeiro. É neste momento que o MST principia a sua reorganização. Com isso, temos uma situação de convergência de interesses para o lugar dos acampados. No campo político, portanto, ocorreram as disputas entre os diferentes projetos e visões de mundo.

Por conseguinte, as intervenções praticadas na paisagem canavieira, transformando-a em paisagem de agricultura familiar, denotam o corte com o modelo de produção monocultora e simplificadora da paisagem agrícola. Assim, ao lado de uma identidade social em permanente construção, convivem novas e antigas formas espaciais no território que estão em movimento.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, P. R. R. O MST, o rural, o urbano e a pluriatividade. Rio de Janeiro: mimeo, 1999. 20p
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999. 166p
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 276p
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322p
- MACIEL, Caio (org). Terra de Cana, terra de gado: ensaio de geografia agrária no Norte Fluminense. 154f (Relatório de pesquisa) - PROPP/UFF-CNPq, 1997.
- SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e lugar social. São Paulo: Contexto, 1991. 144p
- GONÇALVES, C. Ubiratan. A mediação política e o ordenamento do território. 158f Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, UFRRJ, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. et al. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio (Orgs.). A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. 279 p.p. 117-160.
- NOVICKY, Victor de Araújo. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: MEDEIROS, Leonilde S. de; et al. Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 329 p.p. 69-86.